

7.5. NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, CNPJ 82.762.469/0001-22, fundada em 07 de novembro de 1964, de natureza jurídica, sem fins lucrativos, tem como objetivo ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios associados.

Conforme prejulgado TC 210/94, IN TC-20/2015 e Portaria nº TC 0648/2015, em 01/01/2016, a escrituração contábil da AMAVI passou de pública para ser comercial, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros – ITG 2002 para Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC nº 1409/12 de 21 de setembro de 2012.

A Entidade adota para o registro dos fatos contábeis, bem como para elaboração das demonstrações, as seguintes práticas:

a) Apresentação das Contas – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazo inferior ao término do exercício seguinte estão classificados como circulantes.

b) Apuração dos Resultados – As receitas e despesas foram contabilizadas separadamente, de acordo com a sua natureza, e assim apresentadas na Demonstração de Resultado como Superávit/Déficit do Exercício.

c) Critérios de avaliação dos ativos e passivos:

1. Ativo Circulante – Os principais ativos reconhecidos pela Entidade são: bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2. Passivo Circulante – Os principais passivos reconhecidos pela Entidade são: contas a pagar a fornecedores, obrigações trabalhistas.

3. Ativo não circulante – são todos aqueles fatos contábeis que não se classificam como sendo circulantes Realizável a longo prazo – valores a receber

Imobilizado e Intangível:

Intangível – As contas do intangível representam os softwares desenvolvidos por técnicos da associação.

Imobilizado – As contas de ativo imobilizado estão registradas ao custo de aquisição, deduzida a depreciação conforme às taxas anuais estabelecidas pela Receita Federal do Brasil que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

4. Passivo Circulante – Apresentadas ao valor de custo ou de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

5. Provisões - As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, por isso é reconhecida em função de um evento passado, uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, no qual um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. As Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

6. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Por ser uma entidade sem fins lucrativos, está isenta do pagamento de Imposto de Renda.

7. Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Em atendimento a legislação vigente para as Entidades Sem Fins Lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela legislação trabalhista, contribui para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Por ser uma entidade isenta e estar sujeita ao regime não-cumulativo, deverá calcular e recolher 4% de COFINS sobre o rendimento de aplicação financeira.

PATRIMÔNIO SOCIAL

Por deliberação da Assembleia Geral da AMAVI realizada no dia 24/03/2016 que aprovou Resolução nº 003/2016 autorizando a proceder aos registros contábeis referente à avaliação do Patrimônio Imobilizado inventariado da associação, pois até então não era contabilizado o patrimônio da empresa.

As mutações ocorridas no Patrimônio Social estão representadas pelo superávit/déficit do exercício.

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA

A demonstração do fluxo de caixa é feita pelo método direto.

RECEITAS

As receitas são provenientes de contribuição dos Municípios Associados, mediante lei municipal, em que estabelece o percentual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de cada exercício, cujos pagamentos são feitos mensalmente.

DESPESAS

As despesas são decorrentes dos custos diretos com as atividades fins da AMAVI, pois contemplam as despesas operacionais previstas nos objetivos estatutários, com a prestação de assessorias técnicas para diferentes áreas da gestão pública dos municípios associados.

As multas fiscais ocorreram devido ao atraso no recolhimento dos encargos sobre a folha e outros gerado pela morosidade de trâmites administrativos.

As despesas judiciais ocorreram devido a um acordo trabalhista.